



Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 26/05/2026

1 Aos vinte e seis dias, do mês de maio, do ano de dois mil e vinte e seis,
2 em convocação para a realização da reunião Ordinária do Conselho
3 Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS.RJ), no período das treze às
4 dezessete horas, no Auditório do Centro Administrativo São Sebastião
5 (CASS – Subsolo), situado à Rua Afonso Cavalcanti, 455, Bloco I – sede
6 da Prefeitura, reuniram-se pelo segmento dos Usuários: conselheiro
7 titular Abílio Valério Tozini e seu suplente Antônio Sérgio Gomes Soares
8 (Federação das Associações dos Moradores do Município do Rio de
9 Janeiro – FAM-RIO), conselheiro titular Rene Monteiro de Almeida Junior
10 (Grupo pela Vidda – GPV/RJ), conselheira titular Simone Menezes
11 Damasceno (Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas
12 Estaduais no Estado do Rio de Janeiro – SINTUPERJ), conselheiro titular
13 e presidente Osvaldo Sérgio Mendes e sua suplente Maria de Fátima
14 Gustavo Lopes (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e
15 Previdência Social no Estado do Rio de Janeiro – SINDSPREV/RJ),
16 conselheiro titular Jorge Fonseca de Carvalho (Sindicato dos
17 Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio
18 de Janeiro – SIEMACO), conselheira titular Diva Kort Kamp de Azevedo e
19 sua suplente Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde
20 da AP 2.1), conselheira titular Nancy dos Santos Senhor (Conselho
21 Distrital de Saúde da AP 2.2), conselheira titular Maria Angélica de Souza
22 (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2), conselheira titular Angela Maria
23 Alves Barbosa (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3), conselheiro titular
24 Reinaldo da Costa Pereira da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP
25 4.0), conselheiro titular Ludugério Antônio da Silva e seu suplente
26 Marcelo Matias Bento (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1), conselheira
27 titular Telma Pires Nogueira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2),
28 conselheiro titular Vagner Pereira da Silva (Conselho Distrital de Saúde da
29 AP 5.3); pelo segmento dos Profissionais de Saúde: conselheira titular
30 Vânia de Cássia de Araujo Dutra (Sindicato dos Assistentes Sociais do
31 Estado do Rio de Janeiro – SASERJ), conselheiro suplente Sidney de
32 Almeida Teixeira Junior (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de
33 Janeiro – SINMED-RJ), conselheira titular Haydee Barreto Lopes
34 (Associação dos Funcionários do Instituto Nacional do Câncer – AFINCA),
35 conselheiro titular Roger Soares de Oliveira (Sindicato dos
36 Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e
37 Auxiliares de Terapia Ocupacional – SINFITO-RJ), conselheira titular
38 Julienne de Freitas Parada (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de

39 Janeiro – SINDPSI/RJ), conselheiro titular José Alexandre da Rocha
40 Curvelo (Sindicato dos Cirurgiões-Dentistas no Estado do Rio de Janeiro)
41 e pelo segmento dos Gestores/Prestadores de Serviços de Saúde: Sra.
42 Daiana Ruffoni da Fonseca Calleia, no lugar da conselheira suplente
43 Liliane Cardoso de Almeida Leal (Secretaria Municipal de Saúde –
44 SMS.Rio), conselheiro suplente Paulo Cardoso Ferreira Pontes (Secretaria
45 Municipal de Saúde – SMS.Rio), conselheira titular Fabíola Andrade
46 Rodrigues (Secretaria Municipal de Saúde – SMS.Rio), conselheira
47 suplente Patrícia Santos Barbastefano (Secretaria Municipal de Saúde –
48 SMS.Rio), conselheira titular Caroline Carvalho Caçador (Federação das
49 Misericórdias e Entidades Filantrópicas e Beneficentes do Estado do Rio
50 de Janeiro – FEMERJ) e conselheira titular Vanessa de Almeida Ferreira
51 Corrêa (Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO). Justificaram ausência:
52 conselheiro titular Hélio Dellatorre da Costa (Sindicato dos Enfermeiros
53 do Município do Rio de Janeiro – SINDENFRJ), conselheira titular Cíntia
54 Teixeira de Souza Silva (Sindicato dos Nutricionistas do Estado do Rio de
55 Janeiro – SINDERJ), conselheiro titular Tomaz Pinheiro da Costa (Sindicato
56 dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED-RJ), conselheira
57 suplente Liliane Cardoso de Almeida Leal (Secretaria Municipal de Saúde
58 – SMS.Rio), conselheira titular Raquel de Moraes Barbosa Caprio
59 (SMS.Rio), conselheira titular Clema dos Santos (SMS.Rio), e conselheira
60 titular Hana Cristina Gomes Moura (Fundação Amélia Dias de Assistência
61 ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais – FAMAD).
62 Destaca-se a presença ilustre do Sr. Jeronimo Sant’Anna, Coordenador da
63 Região Metropolitana I. COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS - Presidência
64 do Conselho: Conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes. Comissão Executiva: -
65 Usuários: conselheiros(as) Diva Kort Kamp de Azevedo, Maria Rosilda Pereira
66 de Azevedo Moreira, Reinaldo da Costa Pereira da Silva, Vagner Pereira da
67 Silva. – Profissional de saúde: conselheiros(as) Cíntia Teixeira de Souza Silva
68 e José Alexandre da Rocha Curvelo – Gestor/Prestador: conselheiras Liliane
69 Cardoso de Almeida Leal e Raquel de Moraes Barbosa Caprio. Controlador do
70 tempo: conselheiro Vagner Pereira da Silva. Inscrições: conselheira Diva Kort
71 Kamp de Azevedo. Leitura da pauta: Secretária Executiva Lúlia de Mesquita
72 Barreto. Moderador: Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto. Pauta do
73 Dia: 1) **Deliberação** Ata da reunião de 14/04/2026 - **5 minutos**; 2) **IVISA-RIO**
74 **PLANEJAMENTO**. **Descrição**: Apresentação e Deliberação do Plano de Ação
75 da VISA – 2026. – **45 minutos (30 minutos para apresentação e 15 minutos**
76 **para perguntas)**; 3) **Ofício – SEI nº 17/2026/SEGOV/SUPEG/CH-UFRJ-**
77 **EBSERH**. **Descrição**: Indicação de representante titular e suplente do
78 segmento Usuário para compor o Conselho Consultivo do Complexo Hospitalar
79 da UFRJ. – **5 minutos**; 4) **SMS.RIO**. **Descrição**: Apresentação sobre
80 Vacinação Influenza 2026 no MRJ: cenário e recomendações. – **30 minutos**
81 **(20 minutos para apresentação e 10 minutos para perguntas)**; 5) **VER-SUS**
82 **RIO 2026**. **Descrição**: Apresentação do Projeto. – **30 minutos (20 minutos**
83 **para apresentação e 10 minutos para perguntas)**; 6) Informe das Comissões
84 do Conselho Municipal de Saúde RJ – **10 minutos**; 7) Informe do Presidente
85 do Colegiado – **3 minutos**; 8) Informe dos Conselhos Distritais de Saúde

86 (CDS) – **3 minutos para cada Colegiado Distrital; 9)** Informe da Secretaria
87 Executiva – **3 minutos; 10)** Informe da Gestão da SMS.Rio – **3 minutos; 11)**
88 Informe do Colegiado – **3 minutos por Conselheiro**. Atingido o quórum
89 mínimo, aproximadamente às treze horas e trinta minutos, dando início à
90 reunião, a **Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde do Rio de**
91 **Janeiro Sra. Lúlia de Mesquita Barreto** realizou a leitura da **pauta**, colocou-a
92 em votação e constatou-se que foi aprovada por maioria simples com 02 (duas)
93 abstenções, e, seguiu para o **item 1**, deliberação da **ata de 14/04/2026**, que foi
94 aprovada por maioria simples com 01 (uma) abstenção. Continuou para o **item**
95 **2**, apresentação e deliberação do Plano de Ação da Vigilância Sanitária –
96 2026¹, e, após a exposição, a **Dra. Sylvia Ripper (IVISA SMS-RIO)** abriu para
97 perguntas. Antes de prosseguir para os questionamentos, o Sr. Jeronimo
98 Sant'Anna, Coordenador da Região Metropolitana I, foi convidado para compor
99 a Mesa da reunião. Em seguida, o **conselheiro titular Abílio Valério Tozini**
100 **(FAM-RIO)** elogia o serviço da Vigilância Sanitária no Município do Rio de
101 Janeiro; questiona se está sendo verificado o problema atual das canetas
102 emagrecedoras; comenta sobre a polêmica dos “camelôs de praia”, alegando
103 que há interesse por parte dos quiosques de luxo em expulsá-los, e pergunta o
104 posicionamento da IVISA, tendo em vista que ninguém nunca morreu após
105 consumir alimentos vendidos por eles; por fim, questiona qual o percentual de
106 profissionais próprios e terceirizados na IVISA. A **conselheira titular Julienne**
107 **de Freitas Parada (SINDPSI/RJ)** reforça a fala de Abílio quanto ao Ozempic, e
108 relata ter visto um representante de usuário do SUS dizendo, em reunião
109 ordinária, que gostaria que a SMS.Rio fornecesse esse medicamento, pois a
110 pessoa quer emagrecer para usar biquíni, entretanto nenhum representante da
111 SMS informou que o Ozempic não é para isso, e sim para quem tem
112 resistência à insulina. Conforme descrito na ata da reunião de 14/04/2026,
113 após a abordagem desse tópico, o Subsecretário da Atenção Básica, Dr.
114 Renato Cony, prestou os esclarecimentos quanto ao uso e público alvo do
115 Ozempic. Julienne complementa que o Conselho lida com a saúde coletiva,
116 não com um capricho individual dos beneficiados da saúde suplementar, e, em
117 seguida, questiona o motivo de um gasto tão elevado com aluguel para sede
118 da Vigilância Sanitária, pois a Prefeitura tem imóveis próprios, alguns inclusive
119 estão sendo leiloados, e poderiam ser usados, a fim de que o montante de três
120 milhões de reais, conforme foi apresentado, pudesse ser utilizado com o
121 serviço em si, e não locação. A **conselheira titular Maria Angélica de Souza**
122 **(CDS AP 3.2)** diz que, como todos sabem, a população está cada vez mais
123 idosa, e questiona qual o papel da Vigilância Sanitária em relação ao *Home*
124 *Care*, considerando que trata-se de um serviço privado, ao qual a maior parte
125 da população não tem acesso, e nem sempre conta com profissionais
126 qualificados. Ela exemplifica que há cursos online de poucas horas para
127 cuidador, e isso é um grande problema, pois esse trabalhador, que fica dentro
128 da residência, maneja medicação, cuidados, procedimentos invasivos, inclusive
129 há casos de abandono e maus tratos, e reforça sua dúvida quanto ao papel
130 Vigilância Sanitária, e se há algum protocolo para esse tipo de atividade. A

¹ Apresentação disponível em: <<https://saude.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/47/2026/06/PlanoAcaoVISA2026.pdf>>

131 **conselheira titular Simone Menezes Damasceno (SINTUPERJ)** comenta
132 sobre uma preocupação muito grande em relação à propaganda indiscriminada
133 de vitaminas, que promete resolver todo tipo de problema, e principalmente,
134 com o uso de selo de aprovação da ANVISA, o que acaba induzindo muitas
135 pessoas a consumirem esses produtos. Ela questiona como está sendo feito o
136 controle sobre essas propagandas, principalmente as que utilizam o selo e
137 montagens com pessoas famosas para vender essas vitaminas. O **conselheiro**
138 **titular Ludugério Antônio da Silva (CDS AP 5.1)** diz reconhecer a
139 importância de aprovar esse projeto, um trabalho de tamanha relevância,
140 entretanto relata estar há um ano reclamando com a Vigilância Sanitária sobre
141 mil gatos e cachorros na Policlínica Manoel Guilherme da Silveira Filho, e até
142 agora não tem solução. Ele comenta sobre a Secretaria do Idoso, informando
143 que foram fechados abrigos que não estavam cumprindo o contrato, e
144 questiona para onde estão indo essas pessoas desses abrigos que fecharam e
145 qual é a alternativa que o poder público dá para resolver essa situação. A **Dra.**
146 **Sylvia Ripper (IVISA SMS-RIO)** responde que, em relação às canetinhas,
147 realmente há uma norma de utilização, e, ao detectar um comércio irregular, a
148 Vigilância Sanitária consegue reprimi-lo, ou seja, ao detectar quem está
149 oferecendo, o estabelecimento é interditado, e, se não tiver licença, se estiver
150 comercializando produto clandestino, o produto é todo recolhido e descartado,
151 e o estabelecimento é interditado e multado, de modo que, caso haja evidência
152 de dano grave à saúde, é passível de processo judicial. Em relação aos
153 “camelôs da praia”, há legislação da postura urbana quanto a isso, e,
154 atualmente, é proibido comercializar produtos manipulados nos tabuleiros, pois
155 existe um risco ali. É compreensível que o trabalhador está querendo
156 sobreviver, mas a Vigilância Sanitária precisa ter um trabalho preventivo em
157 relação à saúde pública, ou seja, não se pode esperar que tenha uma epidemia
158 de alguma bactéria, considerando por exemplo a situação do camarão, que
159 vive perto da costa da cidade e absorve toda a poluição orgânica que é
160 despejada. Outra questão é que não sabemos a procedência daquele camarão,
161 que ele já vem preparado, então não se sabe como ele foi manipulado na casa,
162 e, muitos trabalhadores vêm de lugares longes para vender na praia. Ela reitera
163 reconhecer que o trabalhador o faz para sobrevivência, e que o vendedor de
164 camarão virou uma coisa popular, mas a verdade é que a gente não pode
165 esperar ter um surto de alguma bactéria ou algum outro problema para poder
166 agir, pois esse alimento é um risco potencial por causa das normas sanitárias,
167 que envolvem o preparo, a procedência, e conservação, então, infelizmente, a
168 venda de alimentos como o camarão, que são vendidos nos tabuleiros, é um
169 risco, e por isso foi regulamentado. Sylvia esclarece que existe uma
170 normatização para venda de alimentos na rua, e que a pessoa interessada
171 somente precisa entrar na página da Vigilância Sanitária para ver como ela
172 pode comercializar o produto da forma correta. Em seguida ela explica que a
173 questão do aluguel do prédio é uma opção da gestão, pois a Vigilância
174 Sanitária está ali alocada desde 2003, e já se tentou impor prédio próprio sem
175 custo, entretanto até o momento isso não foi viabilizado. Em relação ao *Home*
176 *Care*, a empresa está sujeita às normas sanitárias e fiscalização, então a
177 empresa tem que se licenciar e, por uma série de normas, precisa provar a

178 qualificação tanto dos coordenadores, quanto dos administradores, quanto dos
179 trabalhadores. Entretanto a Vigilância Sanitária não fiscaliza diretamente os
180 trabalhadores cuidadores não vinculados à empresas, a não ser que haja uma
181 denúncia. Em relação à propaganda indiscriminada de suplemento alimentar e
182 vitaminas, a vigilância tem priorizado isso, e foi feito até há alguns meses atrás
183 uma operação, com envolvimento de suporte policial, que rastreou uma série
184 de armazéns e depósitos desses produtos que estavam sendo vendidos na
185 internet, em que se inspecionou e apreendeu muitos produtos diversos.
186 Conforme visto no plano, a Vigilância trabalhará a questão das propagandas
187 enganosas, pois há realmente muito rótulo falso, às vezes, porque muitos
188 produtos são chamados como dispensados de registros, mas isso é uma
189 questão de categoria, isso é uma coisa realmente complicada, e se está
190 tentando inibir da melhor forma possível. A questão dos gatos na Policlínica de
191 Bangu realmente é um problema que vem se arrastando, eles já foram no
192 Ministério Público, na câmara dos vereadores, isso tem vindo e voltado, só que
193 a responsabilidade por essa questão de animal, desde de 2024, foi repassada
194 para a Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Animal, então ela agora é
195 responsável pela retirada dos animais, e não mais a Vigilância Sanitária, e que
196 trata-se, de certa forma, de uma polêmica grande entre a saúde pública e o
197 pessoal da proteção animal, e a Secretaria de Saúde em algum momento
198 precisará lidar com isso, sem magoar os animais, mas protegendo a saúde da
199 população. Em relação à questão dos asilos, quando uma unidade é interditada,
200 há cooperação de diversos setores como Ministério Público e Assistência
201 Social, e ela ocorre de modo que os idosos não precisam sair do local, apenas
202 não pode entrar nenhum idoso novo, e é feito um monitoramento para que o
203 estabelecimento se adeque, e, caso não seja feito, é analisado o remanejamento dos
204 idosos para outros estabelecimentos. Ela reforça que é feito um trabalho
205 integrado para garantir essa proteção para o idoso, e que a melhor coisa que a
206 população pode fazer é denunciar no canal 1746 quando observar situações
207 precárias, maus tratos, negligência e abandono, porque a Vigilância não tem
208 condição de identificar o tanto de asilo que aparece na cidade inteira. Em
209 relação ao quadro de pessoal, a vigilância tem basicamente um terço
210 terceirizado, basicamente na área administrativa e alguns na gestão, mas o
211 fiscal da rua não pode ser terceirizado, pois o poder de polícia só pode ser
212 exercido por efetivos. Ela comenta que há sempre tentativa de remanejar
213 servidor para cobrir as aposentadorias, e há hoje em torno de 450 efetivos.
214 Sylvia finaliza sua fala afirmando que estão sempre à disposição para agendar
215 reunião e tirar dúvidas. Colocado em processo de votação, constatou-se que o
216 Plano de Vigilância Sanitária 2026 foi aprovado por maioria simples, com 04
217 (quatro) abstenções. O **conselheiro suplente Sidney de Almeida Teixeira**
218 **Junior (SINMED-RJ)** solicita **declaração de voto**, e expõe que, apesar de ser
219 aprovado, as discussões têm que ser aprofundadas, como, por exemplo, a
220 questão levantada sobre o custo elevado de uma administração terceirizada,
221 alugada, que custa milhões de reais por ano, e que esse dinheiro poderia ser
222 usado para uma compra de imóveis. Ele complementa que diversos imóveis
223 foram desapropriados ano passado e estão sendo leiloados, e o gasto com
224 aluguel é um contrassenso, e que o Conselho Municipal de Saúde deveria se

225 ater a isso e fazer essa ressalva na aprovação desse plano, pois é um custo
226 muito elevado, e um dinheiro que está deixando de ser usado para um serviço
227 tão importante que é o da Vigilância Sanitária. Seguiu para o **item 3**, e a
228 indicação da conselheira Angela Maria Alves Barbosa como titular e da
229 conselheira Nancy dos Santos Senhor como suplente para compor o Conselho
230 Consultivo do Complexo Hospitalar da UFRJ, que colocado em votação foi
231 aprovada por maioria simples. Prosseguiu para o **item 4**, Apresentação sobre
232 Vacinação Influenza 2026 no MRJ², e, após a apresentação, a **Dra. Fernanda**
233 **Zaneloti (SVS/SUBPAV/SMS-RIO)** e **Dra. Silvana Neres**
234 **(SVS/SUBPAV/SMS-RIO)** abriram para perguntas. O **conselheiro titular José**
235 **Alexandre da Rocha Curvelo (SCDRJ)** relata que, como dentista que trabalha
236 no INCA, tem visto um aumento crescente no número de câncer de garganta
237 associado com o HPV em pacientes muito jovens, normalmente de 20 a 40
238 anos, que não tiveram tempo de ter uma exposição ao tabaco ou álcool, que
239 são fatores de riscos predominantemente associados ao câncer de boca,
240 especificamente ao câncer de garganta. Ele complementa que os pacientes
241 são testados hoje em dia no INCA, e que os dados mostram que os cânceres
242 de garganta, em 80% dos casos, são positivos para o HPV, que é o mesmo
243 tipo de tumor na garganta que atinge o colo de útero. Tem se associando a
244 vacinação como uma estratégia de prevenção para esses pacientes que são
245 acometidos por essas lesões, porque eles não têm os fatores de riscos prévios,
246 ou seja, não adianta fazer uma campanha de mobilização contra o tabagismo e
247 alcoolismo, pois o causador é o HPV. Considerando dados alarmantes no
248 aumento no número de casos, questiona se essa questão está no radar do
249 SUS. A **Dra Silvana Neres (SVS/SUBPAV/SMS-RIO)** e **Dra. Fernanda**
250 **Zaneloti (SVS/SUBPAV/SMS-RIO)** respondem que, conforme publicado no
251 Instituto da Saúde, sim, já está dentro do protocolo de vacinação contra o HPV
252 para quem tem lesões de orofaringe, e complementam informações sobre a
253 inserção de grupos determinados como público alvo dessa vacina, e de outras,
254 que partiu de diversos estudos e lutas. Elas adicionam que pacientes
255 oncológicos, geralmente imunodeprimidos devido ao tratamento pela
256 quimioterapia, têm direito a uma gama de vacinas, que é importante que os
257 pacientes sejam encaminhados para o Centro de Referência para
258 Imunobiológicos Especiais (CRIE)³, e explicam sobre essa unidade e
259 capacitações sobre imunização. O **conselheiro titular Abílio Valério Tozini**
260 **(FAM-RIO)** questiona se a SMS.Rio possui algum planejamento para alcançar
261 maior cobertura vacinal, considerando que 67% dos idosos não vacinaram e
262 afirma que é importante reiterar para toda a população que vacinação só faz
263 sentido se todos se vacinarem, e que é preciso engajamento, principalmente
264 apoio do governo federal, para trabalhar no convencimento da população a se
265 imunizar. A **Dra. Fernanda Zaneloti (SVS/SUBPAV/SMS-RIO)** e **Dra Silvana**
266 **Neres (SVS/SUBPAV/SMS-RIO)** explicam que a cultura da vacinação foi
267 esquecida, seja por desconhecimento, seja por desinformação, seja por não
268 ver mais as doenças graves imunopreveníveis acometendo as pessoas, e que

² Apresentação disponível em: <<https://saude.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/47/2026/06/Conselho-Municipal-de-Saude-26-05-2026.pdf>>

³ Informações disponíveis em: <<https://saude.prefeitura.rio/vacinacao/crie/>>

269 a Secretaria tem conseguido alcançar algumas melhorias de cobertura, mas há
270 muito para avançar ainda. O **Sr. Jeronimo Sant'Anna** questiona se o CRIE
271 existe no Município de Mesquita, e é respondido que o CRIE, na gestão do
272 SUS, é de responsabilidade Estadual, e no estado do Rio de Janeiro há 4
273 Centros, de modo que todos os municípios são contemplados, inclusive há
274 atendimento online, e é possível fazer a solicitação da vacina. O **conselheiro**
275 **titular Reinaldo da Costa Pereira da Silva (CDS AP 4.0)** reitera que é
276 importante explicar à população a causa da necessidade das vacinas, e a **Dra.**
277 **Fernanda Zaneloti (SVS/SUBPAV/SMS-RIO)** e **Dra Silvana Neres**
278 **(SVS/SUBPAV/SMS-RIO)** comentam sobre o setor de comunicação, e
279 informam que vão repassar as sugestões. Seguiu para o **item 5**, e, diante da
280 ausência da pessoa responsável pela apresentação, as conselheiras Nancy
281 dos Santos Senhor e Diva Kort Kamp de Azevedo fizeram alguns
282 esclarecimentos sobre o VERSUS. Dando continuidade para o **item 6**, e o
283 **conselheiro titular Abílio Valério Tozini (FAM-RIO)** solicita inserir na pauta
284 da Comissão Executiva a discussão sobre o papel das comissões temáticas no
285 Conselho Municipal de Saúde, tendo em vista o esvaziamento delas, e
286 comenta a ausência de apoio administrativo para fazer as atas das reuniões. A
287 **Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro**
288 **Sra. Lúlia de Mesquita Barreto** esclarece que o Conselho não tem como fazer
289 as atas das reuniões das comissões, e que o apoio fornecido é através do
290 agendamento de espaço para os membros se reunirem. O **conselheiro titular**
291 **Abílio Valério Tozini (FAM-RIO)** faz críticas à falta de verba para o
292 deslocamento e alimentação de conselheiros para realização de atividades, e a
293 **Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro**
294 **Sra. Lúlia de Mesquita Barreto** relata que a informação não procede. O
295 Conselho Municipal de Saúde tem disponibilizado Taxi Rio para os Presidentes
296 se deslocarem e realizarem visitas. Em relação aos Tíquetes Refeição, a
297 SMS.Rio está reestabelecendo, e, quanto ao Vale transporte, o CMS fez a
298 entrega do cartão Jaé a todos os usuários dos 10 Conselhos Distritais de
299 Saúde e do Conselho Municipal de Saúde. A mesma reforça que as
300 solicitações devem ser enviadas formalmente ao e-mail
301 comsaude@rio.rj.gov.br. A **conselheira titular Julienne de Freitas Parada**
302 **(SINDPSI/RJ)** comenta que há conselheiros que não têm disponibilidade para
303 atender às reuniões presenciais das comissões, e que flexibilizar para reuniões
304 híbridas ou online articularia maior presença. Ela complementa que há pessoas
305 que se disponibilizam a fazer a ata, mas na hora de fazer não faz, e que o
306 Relatório de visita ao CAPS Dona Ivone Lara não foi publicado, e comenta
307 sobre o incidente que lá ocorreu. O **conselheiro titular Abílio Valério Tozini**
308 **(FAM-RIO)** expõe que há pendências a serem respondidas no relatório e que
309 pretendem fazer uma segunda visita. O **Presidente do Conselho Municipal**
310 **de Saúde Osvaldo Sérgio Mendes** reitera que o item da pauta trata de
311 informe, e, caso houver reivindicação ou proposta, essas devem ser
312 encaminhadas ao e-mail do Conselho Municipal de Saúde, para que a
313 Comissão Executiva sente e discute para trazer em pauta da Reunião
314 Ordinária. A **Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde do Rio**
315 **de Janeiro Sra. Lúlia de Mesquita Barreto** reitera que precisa ter registrado

316 oficialmente a solicitação de ponto de pauta, para que possa ser encaminhada
317 à Comissão Executiva. Seguiu para o **item 7**, e o **Presidente do Conselho**
318 **Municipal de Saúde Osvaldo Sérgio Mendes** informou que o processo
319 eleitoral do SINDSPREV ocorreu do dia 18 a 22 de maio, e que haverá nova
320 eleição. Do dia 15 a 17 de maio esteve em Brasília participando do Movimento
321 Negro Unificado no seu 20º Congresso, em que foi apontado um seminário
322 nacional sobre reparação histórica para o povo negro e povos indígenas, e
323 comenta sobre as Conferências Distritais de Saúde. Seguiu para o **item 8**, e a
324 conselheira titular Nancy dos Santos Senhor (CDS AP 2.2) agradece a todos
325 que compareceram à 15ª Conferência Distrital de Saúde da AP 2.2 que ocorreu
326 em 29/04/2026, e comenta sobre as demais Conferências. A **conselheira**
327 **suplente Maria Edileusa Braga Freires (CDS AP 2.1)** agradece a todos que
328 participaram e contribuíram para a realização da 15ª Conferência Distrital de
329 Saúde da AP 2.1. A **conselheira titular Telma Pires Nogueira (CDS AP 5.2)**
330 convida a todos para 15ª Conferência Distrital de Saúde da AP 5.2. Foram
331 feitas reivindicações de computador, internet e impressora pelos Colegiados da
332 AP 2.1 e 2.2. A **Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde do**
333 **Rio de Janeiro Sra. Lúlia de Mesquita Barreto** explica que, em relação a
334 internet da 2.1, o Conselho Distrital possui a mesma internet que a CAP, que
335 também tem problemas. As reivindicações de computador precisam ser
336 enviadas para o e-mail comsaude@rio.rj.gov.br. Em relação às impressoras,
337 ela informa que para renovar o contrato vigente, foi cobrado 3 vezes o valor,
338 então a Prefeitura optou por encerrar o contrato com essa empresa e abrir uma
339 licitação. Ela em seguida passa para os informes e comunica que os trabalhos
340 dos Grupos das Conferências Distritais de Saúde têm sido muito ricos e foram
341 elaboradas propostas excelentes. Ela expõe que os 40 conselheiros titulares
342 estão automaticamente inscritos para a Conferência Municipal de Saúde, que
343 acontecerá na EXPORIO, nos dias 1, 2 e 3 de julho, e em seguida faz leitura de
344 Termos de Aditivos de Contrato referente a convênios com a Secretaria
345 Municipal de Saúde, entre a Clínica de Diálise São Benedito Ltda e a Clínica de
346 Olhos. O **conselheiro titular Roger Soares de Oliveira (SINFITO-RJ)**
347 comenta sobre a 10ª Conferência Estadual de Saúde, que foi aprovado o
348 regimento interno da Conferência, assim como o número de vagas para a
349 etapa estadual e nacional. A **Secretária Executiva do Conselho Municipal de**
350 **Saúde do Rio de Janeiro Sra. Lúlia de Mesquita Barreto** complementa que o
351 município do Rio ganhou 44 vagas para a etapa estadual, e, respeitando a
352 paridade, são 22 usuários, 11 gestores e 11 profissionais. Segue para o **item**
353 **11**, e o **conselheiro suplente Sidney de Almeida Teixeira Junior (SINMED-**
354 **RJ)** questiona se suplentes não poderão participar da 15ª Conferência
355 Municipal de Saúde, e é respondido que, como conselheiro que vai virar
356 delegado não, mas que pode ir como convidado. Ele diz que pediu, pela Lei de
357 Acesso à Informação, o acesso aos Regimentos de todas as Conferências
358 Distritais de Saúde, por não terem sido publicadas, e que deveriam ter sido
359 divulgadas principalmente no Diário Oficial para a gente ter a devida
360 transparência e respeitar o lema democracia. Ele fala que há pessoas e
361 organizações que não são conselheiros, e que provavelmente gostariam de
362 participar, e a Secretaria de Saúde deveria divulgar em seus canais sobre as

363 conferências. Ele critica que Regimentos aprovados não deram possibilidade
364 de pessoas e organizações que não são conselheiros serem delegados nas
365 conferências, alegando que isso traz risco à democracia plena e compromete a
366 rotatividade da participação. O conselheiro aponta que há uma crise de
367 participação coletiva, mas passar essa crise é preciso abrir espaços, e reitera a
368 crítica de não ter recebido informações para poder convidar pessoas e
369 organizações que teriam interesse em participar como delegados. Sidney
370 complementa que o Regimento nacional fala que tem que ter a maior
371 participação possível, e que não está vendo aqui no Conselho Municipal de
372 Saúde. Ele critica Regimentos que fizeram referência ao eventual Regimento
373 da Conferência Municipal de Saúde, que ainda não existe, não foi aprovado, e
374 isso é grave, pois é uma forma de vetar a participação. Ele informa sobre
375 mudança na gestão das Maternidades Alexandre Fleming, Herculano Pinheiro
376 e Leila Diniz, que passaram da administração da RioSaúde para organização
377 social, e que, ao perguntar se a decisão passou pelos conselhos de saúde,
378 recebeu uma resposta evasiva e depois negativa, e comenta sobre outras
379 unidades de saúde passando por terceirização. O conselheiro aponta que o
380 Conselho Municipal de Saúde e a Conferência Municipal de Saúde anterior
381 definiram a luta pelo concurso público, e expõe que antes era a Rio Saúde, que
382 apesar dos problemas era empresa pública, com contrato CLT, e agora está
383 passando tudo para Organização Social, o que vai à contramão do que foi
384 definido na última Conferência. Ele questiona se o Conselho Municipal de
385 Saúde vai assistir isso dessa forma sem debater, e diz que propôs debate
386 sobre isso, e que precisa acontecer. A **Secretária Executiva do Conselho**
387 **Municipal de Saúde do Rio de Janeiro Sra. Lúlia de Mesquita Barreto**
388 explica que cabe aos Conselhos Distritais de Saúde fazerem a divulgação das
389 Conferências Distritais, e que uma unidade nova, para ter assento no
390 Conselho, implica em ter duas instituições, um profissional servidor e uma
391 gestão, e essas pessoas podem ser convidadas a qualquer momento
392 independente de conferência, entregar a documentação no distrital. O
393 presidente e a comissão executiva dos distritais analisam essa documentação,
394 e aí passa a ter assento, independente de conferência. Ela reitera que,
395 conforme a Lei, o Conselho Municipal não é obrigado a publicar o regulamento
396 das conferências distritais de saúde, que o Regimento e o Regulamento da
397 Conferência Municipal ainda estão sendo elaborados. E que a divulgação das
398 Conferências Distritais devem ser feitas pelos Conselhos Distritais e as CAPs,
399 para realizarem uma propaganda local em seus territórios. Ela adiciona que
400 quem tem interesse em participar do Conselho precisa frequentar as reuniões
401 mensais, e todos os Presidentes dos Conselhos Distritais também realizam
402 uma reunião mensal, onde tudo é divulgado, e em seguida, mantendo o
403 interesse em participar, identificar qual a entidade a pessoa quer representar,
404 se há CNPJ ativo, ata de eleição atualizada, Estatuto atualizado, e envio de
405 documento assinado pelo presidente da entidade indicando representante
406 titular e suplente, e presta outros esclarecimentos. A **Sra. Daiana Ruffoni da**
407 **Fonseca Calleia (SMS.RIO)** explica que, em relação à essa questão do prazo
408 do regimento e do regulamento, o Conselho Nacional de Saúde demorou muito
409 para fazer a liberação das orientações da 18ª Conferência Nacional de Saúde,

410 tendo sido enviado apenas em março, e adiantaram o calendário da etapa
411 municipal em um ano, de modo que o Município do Rio de Janeiro teve um
412 prazo muito curto para organizar a Conferência Municipal, e, inclusive, realizar
413 as 10 Conferências Distritais de Saúde. Ela reitera que o município do Rio de
414 Janeiro não teve tempo hábil, que o correto seria divulgar os regimento e
415 regulamento das Conferências Distritais e Municipal antes de iniciar essas
416 conferências, mas isso não foi possível por essa questão temporal, que dessa
417 vez foi muito atípica, pois a Conferência Municipal de Saúde deveria ocorrer
418 somente em 2027. Daiana reforça que essas questões não ocorreram por falta
419 de vontade ou organização, e sim por uma questão realmente de lapso
420 temporal do Conselho Nacional. A **conselheira suplente Maria de Fátima**
421 **Gustavo Lopes (SINDSPREV/RJ) e a Secretária Executiva do Conselho**
422 **Municipal de Saúde do Rio de Janeiro Sra. Lúlia de Mesquita Barreto**
423 adicionam esclarecimentos sobre a questão levantada referente aos
424 Regimentos e Regulamentos das Conferências, comentando sobre a demora
425 na divulgação dos documentos norteadores pelo Conselho Nacional de Saúde
426 e Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, e sobre o adiamento em
427 um ano do calendário para a realização da etapa municipal. Elas reiteram que
428 o município do Rio teve um prazo excepcionalmente curto, pois precisaria
429 realizar 10 conferências distritais de saúde e 01 conferência municipal de
430 saúde, entre 16 de março à 04 de julho de 2026, sendo que o documento
431 orientador do Conselho Nacional somente fora divulgado em março de 2026. O
432 Presidente do Conselho Municipal, Sr. Osvaldo fez uma solicitação durante
433 reunião em Brasília para esticar esse prazo da etapa municipal para 2027, mas
434 não fomos atendidos. A **conselheira titular Julienne de Freitas Parada**
435 **(SINDPSI/RJ)** solicita esclarecimentos à Secretaria Municipal de Saúde sobre
436 algumas demandas que chegaram ao Sindicato dos Psicólogos, uma é com
437 relação à SPDM, que está pagando salários abaixo do Piso regional do
438 psicólogo e diferença salarial entre profissionais da mesma organização, e
439 desacordos de contratos. O Sindicato também recebeu reivindicações de
440 trabalhadores da Rio Saúde, tratando a ausência de reajuste salarial, não
441 pagamento de adicional de qualificação, falta de transparência nos critérios e
442 nos resultados da avaliação de desempenho, e ausência de clareza quanto aos
443 critérios para concessão de auxílio e alimentação e problemas no pagamento
444 de acordo de resultados. A **Secretária Executiva do Conselho Municipal de**
445 **Saúde do Rio de Janeiro Sra. Lúlia de Mesquita Barreto** solicita à
446 conselheira que envie a solicitação para o e-mail do Conselho. A **conselheira**
447 **titular Julienne de Freitas Parada (SINDPSI/RJ)** complementa que tem
448 percebido manifestações descabidas para um espaço de controle social do
449 SUS, feitas por representantes que deveriam atuar comprometidos com o
450 interesse público e minimamente embasados em conhecimento técnico e
451 científico. Ela expõe falta de respeito por parte de pessoas representantes de
452 usuários do SUS que não aceitam ouvir e aprender conhecimentos com dados,
453 e sustentam ideias de que pessoas pobres colocam filhos no mundo pra
454 ganhar o Bolsa Família, e isso é um discurso preconceituoso, desinformado e
455 incompatível com a função exercida em espaços de participação social, pois
456 diversos estudos já demonstraram que programas de transferência de renda

457 tiveram o papel importante na redução da extrema pobreza, e proporcionaram
458 maior autonomia pra mulheres anteriormente submetidas à dependência
459 financeira de parceiros violentos. Além disso, pesquisas recentes apontam para
460 impactos positivos intergeracionais desses programas, com a melhoria das
461 condições de vida e maior independência econômica das gerações seguintes.
462 Ela complementa que ouviu um membro da comissão de saúde mental
463 defender internação psiquiátrica em massa e tratamento forçado em saúde
464 mental, utilizando como justificativa o aumento da população em situação de
465 rua, e adiciona que é necessário questionar essas falas, porque problemas
466 sociais complexos passam a ser tratados exclusivamente como caso de saúde,
467 transformando políticas públicas em mecanismos de higienização social.
468 Julienne reforça que profissionais de saúde são frequentemente interrompidos
469 quando tentam apresentar evidências científicas e dados técnicos, revelando
470 não apenas desconhecimento, mas também resistência deliberada à produção
471 de conhecimento. Ela tece críticas à falta de transparência no pagamento de
472 vultosos acordos de resultados aos ocupantes de cargos comissionados, e
473 complementou que lhe chamou a atenção representantes usuários do SUS
474 terem manifestado incômodo com o seu posicionamento, e não com a falta de
475 transparência em si. A conselheira adiciona que criticou também questões
476 referentes ao mau gasto de dinheiro público, principalmente com despesas
477 com a Conferência Municipal de Saúde, em destaque a confecção de bolsas
478 para os participantes, levantando a pauta da sustentabilidade, e identificou que
479 representantes usuários do SUS insistiram na defesa desse item. Julienne
480 reitera que todos, como conselheiros, não podem esquecer o papel do Controle
481 Social de prezar pelo zelo e otimização de recursos públicos, e que mais uma
482 vez tem percebido que representantes dos usuários do SUS não demonstraram
483 preocupação com o uso racional do dinheiro público e prioridades da saúde.
484 Ela finaliza alegando que a Secretaria Municipal de Saúde está dando brinde
485 para os usuários do SUS ficarem calados. O **conselheiro titular Abílio Valério
486 Tozini (FAM-RIO)** elogia a organização da Conferência Distrital de Saúde da
487 AP 2.1, agradece em especial o apoio da Secretária Executiva Sra. Lúlia de
488 Mesquita Barreto, a participação dos apoiadores e relatores da UNIRIO nos
489 grupos de trabalho e atuação de Rosângela, Isabel e Rosimare. Ele explica ao
490 Sidney que a intenção nunca foi cortar ninguém, mas foi reservado o auditório
491 do Instituto Municipal Philippe Pinel, que comporta até 100 pessoas, e as vagas
492 para inscrições acabaram rápido demais, pois havia muitas pessoas
493 interessadas em participar da Conferência. O conselheiro reitera que a
494 restrição de participação se deu por limitação de espaço físico, e que a
495 Comissão Organizadora agradeceu o interesse das pessoas, e orientou que,
496 quem quisesse poderia ficar em uma fila de espera, para tentar conseguir
497 entrar no evento, mas todos os inscritos compareceram. Abílio afirma ter
498 recebido a informação de que o CAPS Dona Ivone Lara teria saído do âmbito
499 da Secretaria Municipal de Saúde, e reitera o pedido de nova visita. Ele finaliza
500 sua fala comunicando que irá enviar ao o e-mail do Conselho Municipal de
501 Saúde a solicitação para que a Comissão Executiva crie um ponto de pauta pra
502 discutir o funcionamento das comissões e que reivindica, como conselheiro
503 representante de associações de moradores do município do Rio de Janeiro,

504 um relatório sobre as reuniões feitas por todas as comissões no primeiro
505 quadrimestre de 2026. Foi informado que não procede a informação em
506 relação ao CAPS Dona Ivone Lara. O **conselheiro titular José Alexandre da**
507 **Rocha Curvelo (SCDRJ)** expõe que em 7 de maio participou da Oficina de
508 Saúde Bucal Conselho Estadual de Saúde, sob a coordenação da Dra.
509 Amanda Bittencourt, que fez um panorama geral sobre a Saúde Bucal e
510 demonstrou algumas coisas muito interessantes, como a cobertura ainda muito
511 incipiente no estado inteiro, de 29,8%, e a Metropolitana I, com 20%, enquanto
512 outras regiões administrativas apresentaram resultados melhores. Ele comenta
513 a importância da Comissão Intersetorial de Saúde Bucal (CISB), pois ela
514 permite articulação com os setores de organização civil, como sindicatos,
515 associações moradores, demais autarquias, para poder ter esse controle, e que
516 tem-se trabalhado para obter trocas de experiência com outras Comissões a
517 fim de estabelecer parceria e conseguir melhorar proteção e cobertura para os
518 pacientes em saúde bucal, e também aos profissionais que atuam na área. O
519 **Sr. Jeronimo Sant'Anna (METRO I)** comenta sobre a CISB de Mesquita e diz
520 que estão à disposição. O **conselheiro titular Abílio Valério Tozini (FAM-RIO)**
521 diz que há 700 delegados pra conferência estadual de saúde, que o município
522 do Rio de Janeiro representa 39% da população do estado, e foi contemplado
523 com apenas 44 vagas, e pede para que isso seja discutido e revisto. O
524 **conselheiro titular Roger Soares de Oliveira (SINFITO-RJ)**, como membro
525 da Comissão Organizadora da etapa estadual, responde que essa questão de
526 vagas sempre é muito complexa e polêmica, e que foi pensado um grupo de
527 trabalho para discutir exatamente em como fazer essa distribuição de vagas de
528 acordo com os conselhos municipais, a partir do critério populacional com o
529 censo mais atual do IBGE. Ele reforça que a 9ª Conferência Estadual de Saúde
530 foi realizada com menos de 14 municípios, e a 10ª está contemplando todos os
531 92 municípios. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado, foi
532 declarado o encerramento da reunião às dezesseis horas e cinquenta minutos,
533 e o **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Sr. Osvaldo Sérgio**
534 **Mendes** convidou os presentes para uma seção de fotos, e eu, **Laura**
535 **Guimarães Estrella Moreira** dou por lavrada a ata e assino em conjunto o com
536 Presidente deste Conselho, **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes**.

537

538

539

540 **Laura Guimarães Estrella Moreira**

Osvaldo Sérgio Mendes

541

Presidente do CMS.RJ